

**GENTE QUE (NÃO) FAZ**

CATTELAN, João Carlos<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professor Dr. do curso de “Letras” da Unioeste de Marechal Cândido Rondon, e do Mestrado em Letras: Linguagem e Sociedade. Este trabalho se vincula à linha de pesquisa “Linguagem e Cultura”, do mestrado mencionado.

**RESUMO:** A partir do recurso ao conceito de Intertextualidade, assim como ele aparece discutido em autores da Linguística Textual ou da Crítica Literária, este texto pretende discutir se o recurso a essa estratégia discursiva é um meio pelo qual o discurso consegue se impor sobre o sujeito, ordenando-o mecanicamente, ou se ela é uma das maneiras, dentre outras, de ele se subjetivar, marcando-se autoralmente, seja enquanto marcas que restam de um trabalho, seja enquanto responsabilidade por certa tomada de posição. Ele busca demonstrar, além disso, que, na intertextualidade, reside uma memória de futuro que revela sonhos, desejos e propostas de um mundo ainda não realizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso, Intertextualidade, Cultura.

**ABSTRACT:** From the resource to the concept of intertextuality, like it appears discussed in authors of the Textual Linguistics or of Literary Critical, this text intends to discuss if the resource to this discursive strategy is a way for which the discourse obtains to impose itself on the subject, commanding it mechanically, or if it is one the way, among others, of it subjectivate itself, marking itself like an author, either while marks that remain of a work, either while responsibility for certain taking of position. It searches to demonstrate, moreover, that the intertextuality reveals a future memory that discloses dreams, desires and proposals of a world still not carried through.

**KEYWORDS:** Discourse, Intertextuality, Culture.

Ao defender a linguagem como atividade constitutiva e o trabalho do sujeito como a composição de mosaicos reveladora de uma subjetividade ubíqua, embora isso não negue a presença do outro na sua constituição, denuncia-se a crucialidade da voz do outro para que a própria possa se constituir. Não é gratuito, pois, que se opte, às vezes, pela busca de frestas por onde se pode mirar o sujeito em movimento e a sua participação na história humana.

É comum que interdiscurso, memória, arquivo, polifonia, gênero, intertextualidade e heterogeneidade sejam discutidos. A escolha destes temas se deve a duas observações: são conceitos que apontam para o fato de outro estar presente na voz do sujeito e ele, às vezes, é feito a voz que limita a este último, negando-lhe um espaço de movimentação, posição que pretendo relativizar. Aqui, trato da intertextualidade e procuro determinar se, no caso do uso de intertextos, pode-se afirmar a constitutividade do sujeito.

A partir do fato de que certos efeitos são obtidos pelo uso de fragmentos de outros textos, busco mostrar que o sujeito, personagem sócio-histórica que é, realiza ações, quando lança mãos de recursos intertextuais para se marcar autoralmente, agindo e se fazendo distinto das vozes (que, às vezes, parecem) uníssonas e monotônicas que o rodeiam.

## A RELAÇÃO ENTRE TEXTOS

A relação entre textos mostra algumas possibilidades de os diálogos ocorrerem entre os homens, quando eles têm que assumir pontos de vista. Embora pareça ser surpreendente o fato de textos subsistirem por meio de outros, é relativamente fácil postular que esse é o jeito de as coisas ocorrerem. Mas, se a existência de um Adão Mítico que nomeia coisas virgens é algo insustentável, dado que o mundo é concebido a partir da colocação em discursos e que “não é o discurso que tenta em vão moldar-se sobre o real, é o real que não só é vertido nas formas do discurso, como perde nelas a sua integridade” (TOPIA, 1979: 207), nem por isso o problema é desinteressante. Perceber que um texto se articula sobre outros por meio de uma “politopia própria de qualquer uso maciço da intertextualidade” (JENNY, 1979: 27), não inibe a reflexão sobre o processo e sobre o papel que o outro texto tem no novo suporte.

Dentre as sistematizações da relação entre textos, as figuras são variadas. Basta reter, então, que, em todas, duas percepções se repetem: a) ela pode se dar por manutenção (a citação, a repetição, a paráfrase, daí à alienação) ou por subversão (a ironia, a paródia, a apropriação, daí à crítica); b) quem cita não só copia, tornando-se porta-voz de um sentido acabado, mas alcança outros efeitos, pois ele “reutiliza o material (...), como se instaurasse de repente uma verdade que não existia alguns segundos antes” (TOPIA, 1979: 202).

Se as várias classificações dadas para o uso intertextual produzem uma grade analítica multicolorida, tal dubiedade não é menos forte em relação ao seu conceito. No entanto, é recorrente entre os autores, e isso é elucidativo, a visão de que

'intertextualidade' deve ser aplicado aos casos em que a materialidade de um texto se preserva no outro que o cita.

Para Genette (1982: 08), a intertextualidade é definida como "une relation de coprésence entre deux ou plusieurs textes, c'est à dire, eidétiquement e le plus souvent, par la présence effective d'un texte dans un autre". Jenny (1979: 14) propõe-se a "falar de intertextualidade desde que se possa encontrar num texto elementos anteriormente estruturados para além do lexema, naturalmente, mas seja qual for o seu nível de estruturação", porém, não bastando, para ele, que tal coincidência se resuma a uma "unidade textual abstraída do seu contexto e inserida assim mesmo num novo sintagma textual", mas que, entre os textos, haja uma relação estruturante de textos postos em relação. Além de uma materialidade remanescente, uma relação dialogante deverá ser mantida na polissemia do enunciado recente. Intertextualidade, pois, no sentido estrito, remete ao fato de a materialidade formal de um texto ser reencontrada noutra e ao fato de ela remeter ambigualmente aos textos primeiro e segundo.

É consenso entre os teóricos que a citação pode adquirir duas formas: ou a reiteração ou a desconstrução. Mas cabe perguntar se a manutenção radical é possível, já que o texto citado sai do seu contexto e é colocado noutra sintagmática e cena enunciativa e já que a intertextualidade ocorre para "pôr em relevo os sintagmas empedernidos, anquilosados nas frases, distanciar-se relativamente à sua banalidade, exagerando-os, e finalmente livrar o significado da sua canga, para o situar num novo processo de significação" (JENNY, 1979: 45). Penso que quem se vale da intertextualidade realiza um trabalho de linearização e engaste, de controle da citação e da reminiscência, que, por menos que pareça distanciar-se do outro, produz um deslocamento e uma recontextualização. Retenho o princípio mantido pelos autores: *no processo de intertextualidade, há trabalho*. Isto significa que, na citação, não há só repetição. Ela é feita com objetivos argumentativos: nunca é inocente ou despreziosa. É sempre realizada com fins críticos, lúdicos, exploradores, desvirtuadores, garantia de pontos de vista: como sustentáculo, mesmo que contra o qual se deve marcar posição.

Na intertextualidade, duas forças concorrem: uma, de coerção contra o aleatório, e outra, de ruptura, que deseja sair do mesmo e se ver um projeto de futuro, de voz sobreposta ao passado, com uma ambição de projeto de vida e sociedade. Para Zumthor (1979: 119): “Noutros textos, a dicção dissocia os termos da menção, desloca-os, pratica ligações novas, surpreendentes, por vezes absurdas, sempre deformadoras, extenuando ironicamente os sinais que veicula”. Julgo que se deve perceber, ainda, que, mesmo quando, aparentemente um sentido idêntico se mantém, não deixa de haver trabalho por parte daquele que recorta, ainda que o mesmo se reduza a recolocar em outra enunciação. Parece razoável afirmar que o efeito de sentido obtido pelo novo enunciado nunca seja o mesmo do enunciado anterior.

Dentre as duas forças, ainda que isto se deva à impossibilidade de controle do sentido da linguagem, uma ferramenta imperfeita (HENRY, 1992: 193), a força de subversão sai vitoriosa e demanda que se perceba o trabalho subjetivo e o intervalo produzido pelo trajeto que vai do texto anterior ao novo texto e às diferenças existentes entre eles: nesse intervalo, algo de voluntário se impõe e o efeito de uma outra necessidade discursiva se denuncia.

A intertextualidade, como categoria descritiva, provém da Teoria da Literatura e tem sido usada pela Lingüística Textual como uma categoria da textualidade. Essa disciplina não se preocupa com a detecção de interlocutores postos em relação discursiva. Ela, em recuo às que têm o discurso como objeto, o que demanda a retomada das condições de produção, faz do texto a sua unidade de estudo, que teria um sentido detectável a partir da imanência e não demandaria colocar em cena os produtores da atividade. Pode-se dizer que eles contam para a legibilidade textual enquanto seres imediatamente empíricos ou implícitos.

Se essas distinções forem pertinentes, falar de intertextualidade, para a primeira, só é preciso na medida em que o domínio do texto anterior é necessário para que o sentido do novo se esclareça. Porém, tal recurso é mais uma lição de leitura que se destina a restituir ao texto a sua auto-

suficiência, abstraindo-o da sua historicidade, entendendo-se por isto o fato de que, se o texto for considerado discurso, a) ele deverá ser concebido sempre como incompleto, carecendo do contexto para ter seu efeito de sentido apreendido, bem como pelo fato de que b) ele fala sobre os temas do seu tempo, pronunciando-se sobre eles.

Portanto, se a intertextualidade enformar uma lição de leitura que reconhece um outro texto presente nas linhas, há que se aventurar nos caminhos que fazem um intertexto ser remetido às suas condições de produção. O uso intertextual não apenas reconhece que uma passagem remete a um outro texto, mas percebe que tal materialização obriga a construir um espaço em espiral, que remete o texto para outro, para outro efeito de sentido, para a situação do texto com que intertextualiza e para os seus objetivos. Penso que a intertextualidade deve ser vista discursiva e não textualmente, impondo que o texto não seja visto como autônomo, mas posto numa malha discursiva. Hutcheon (1985: 35) diferencia intertextualidade de paródia, dando a esta o efeito de sentido que vejo na primeira.

A minha perspectiva pragmática não faria, contudo, da paródia um sinônimo da intertextualidade. As teorias atuais da intertextualidade têm um *ponto estrutural central*, como veremos, mas se apóiam numa teoria implícita da leitura ou da descodificação. Não se trata apenas do problema da absorção e transformação, de certa forma partenogênica ou mágica, do texto a partir de outros textos. Mas, no caso da paródia, estes agrupamentos são cuidadosamente controlados. Por outras palavras, a paródia não envolve apenas um *énoncé estrutural*, mas também a *énonciation inteira do discurso*.

Cabe ver a intertextualidade, se o ponto de vista é discursivo, como uma atividade em que “as fronteiras são abolidas pela força conquistadora da escrita; todos os espelhos se partem” (PERRONE-MOISÉS, 1979: 216) e como construtora de um “verdadeiro diálogo, porque a nova palavra estará em condições de igualdade em relação à que lhe serve de pré-texto: (o novo texto) não mais se colocará perante o outro como um seguidor, mas sim como um perseguidor de ambigüidades, quer dizer, como um escritor” (p. 217).

O intertexto remete a sujeitos recortando textos e os dirigindo a vozes que precisam ser convencidas. A intertextualidade, discursivamente, não se reduz a um princípio estrutural voltado para a materialidade do enunciado. Ela deve ser vista como um mecanismo retórico-pragmático-discursivo, que relaciona locutores que fazem um do outro um feixe de imagens. A sua função pragmática e a sua estrutura dupla só são reconhecidos, se a mesma for remetida à comunidade pressuposicional de que emana, o que determina que “o texto só será legível em relação a uma norma ou a uma certa concepção do verossímil” (Vigner, 1988: 35).

Norma e verossimilhança funcionam como um sistema ideológico compartilhado pelo escritor e o leitor e permitem representar e interpretar o mundo de maneira idêntica. Uma obra verossímil será, portanto, uma obra a propósito da qual será fácil para o leitor formular hipóteses interpretativas, o que diminuirá em proporções notáveis o seu nível de incerteza inicial, uma leitura fácil de empreender. Daí, inversamente a dificuldade de leitura de obras do passado ou proveniente de outros sistemas culturais para um leitor que não compartilha esse implícito ideológico.

Para o modo ocidental de ler, o normal é o que faz o trajeto da esquerda para a direita, seguindo a linearidade e a sintagmatização. Os textos dogmáticos, criadores de efeitos de homofonia, exigem que esse procedimento da legibilidade se faça, dando ao olho um trajeto previsto e controlador: o depois só pode vir depois do antes. Ele exige um trabalho voltado para a ordem, para a frente, para a direita, para o horizonte, para o infinito e para o paraíso.

Um texto construído a partir do uso da intertextualidade e da politopia faz ranger a linearidade e a perspectiva paradisíaca e obriga a caminhar em círculos: faz buscar as profundezas e as alturas, desestabiliza a união sólida dos elos da corrente progressiva e obriga a restaurar um percurso de caminhos que volteia e, como vaga-lume bamboleante, estabelece conexões e se localiza em espaços e tópicas desordenadas, paradigmáticas, atrás do ponto em que o olho, ansioso de prosseguir viagem, obriga-se a parar, voltar, estrabizar-se, para voltar ao curso, sendo de novo desnormalizado.

Penso que é preciso acrescentar que esse trabalho bifurcado é mais complexo do que um trabalho de mão dupla, ou seja, dar-se conta da realidade intertextual de um texto é se aperceber da necessidade de domínio do texto anterior e da sua multiconstituição intertextual, o que demanda dominar os trajetos de sentido que foram constituídos nos diálogos realizados: o texto fonte tem suas fontes. Porém, perceber que um texto vem ao mundo maculado por outras vozes não leva a postular que, dada uma reminiscência histórica, ele se destina a ser um objeto de reapresentação e de atualização de um já-dito déspota e tirânico.

Ler um texto constituído intertextualmente demanda que se percorram os caminhos do horizonte e da verticalidade, do abismo e da superfície, do olhar para o passado e vislumbrar o futuro: um espaço de construção do sentido, que faz com que o leitor vá, de tropeço a tropeço, em busca de uma fechadura que, embora não tenha uma chave única, deixa apenas algumas girarem a engrenagem, fazendo a folha de madeira se transformar em obtenção.

Já que se articula sobre um texto anterior, voz inserida em outras vozes, às vezes, o eu tende a ser considerado porta-voz de um número possível de discursos de arquivos ao qual ele recorre como depósito de instrumentos, dos quais ele se vale para a produção de maquinarias. Esse raciocínio é feito, às vezes, também para a intertextualidade. Texto feito de outros textos, o texto suporte nada mais faria do que justapor formas já existentes, sendo uma fotomontagem de coisas ditas: interdiscurso, pré-construído e paráfrase se originam dessa percepção.

Mas, se é plausível postular que um texto se articula sobre outro, isso não deve levar a dizer que ele se anula face aos anteriores, deixando de ser um objeto *sui generis* e peculiar. Quem intertextualiza, mais do que copista de um texto em transversal, é um mutilador que, alimentando-se de cadáveres, dá vida às cinzas, conferindo à escrita o poder da fênix, que renasce de si mesma. O intertexto não decalca, nem meramente o reapresenta:

O simples fato de ser retirada (a citação) do seu contexto a transforma, assim como o novo contexto no qual a introduzo, o seu *funcionamento* (dois críticos podem citar a mesma passagem demarcando diversamente os seus limites), os cortes que opero no interior, que podem substituir a gramática original por outra, e naturalmente o modo como a abordo, como me apresso dela no meu comentário (PERRONE-MOISÉS, 1979: 20).

Por meio da citação, quem cita tem uma orientação argumentativa. A passagem usada vem para realizar funções que não tinha no texto inicial, o que exige um distanciamento com relação ao texto outro e ao seu uso na interlocução. Na intertextualidade, a fusão é completa, a passagem ganha novo espaço e nova função: a sua passagem é marcada pela infidelidade.

Quem não percebe a citação ocorrida nem por isso sente sua falta, não tendo que dela ser informado para poder realizar um efeito de sentido. Num processo intertextual, a fusão é completa e as juntas podem se tornar invisíveis. Quem cita inventa, avança expectativas e dissemina pistas, esperando que o leitor veja as lacunas.

No processo de citação, trata-se de, a partir do presente, voltar-se para o passado que festeja o seu renascimento e dar à luz os fragmentos de futuro que estavam contidos nele. Se eles estavam na obra ou foram vistos por um sujeito instalado num futuro presente em relação ao passado futuro que só sabe ser presente, é controverso, mas resta, como texto produzido, um intervalo significativo que se faz visível e ganha corpo na distância entre citante e citado. Alguém deve se debruçar sobre um texto e fazer dele corpo e sangue que geram vida.

Seja pela recontextualização que o leva a recolocar um texto em outra situação, pelo arranjo que lhe dá omitindo termos e colocando outros, pelo acréscimo de coisas que não existiam no texto original ou por se manifestar através do texto do outro e não apenas copiá-lo, quem cita realiza uma atividade que produz efeitos distintos dos do texto anterior.

## **GENTE QUE (NÃO) FAZ**

É possível afirmar que o efeito de sentido de um discurso não está nele, em abstrato, ou seja, retirado de suas condições de produção. A sua pertinência se insere num trajeto

de atribuição de legibilidade às formas que compõem a superfície discursiva. O sentido não está no texto, mas no uso do já-construído e no movimento que o põe em outro uso: novo jogo. O efeito de sentido está na memória exigida para a sua leitura e não propriamente no texto, pois ele não é uma unidade que independe da sua história, o que faria tão somente construir hipóteses teóricas de sentido e não o seu efeito de sentido específico enquanto acontecimento.

O discurso que analiso, resultado de atividade de composição em mosaico, insere-se numa rede de aproveitamento de recursos postos à disposição do homem pelo seu trabalho histórico, dá-lhes uma destinação discursiva e constrói um efeito de sentido por meio de um trajeto que, buscando o já-sabido, põe-no em movimento numa forma, que visa a estabilizar relativamente os recursos instáveis e plásticos de que se vale. Ele é uma charge de Paulo Caruso, que foi veiculada pela revista *IstoÉ*, nº 1387, de 1º de maio de 1987, na página 130. Para o leitor acostumado com este tipo de discurso, será mais fácil constituir uma visualização imagética de como ele aparece organizado. Como se trata de um texto não-verbal, busco dar uma idéia aproximada de sua constituição, embora não pretenda que uma linguagem possa substituir a outra. A charge faz parte da série produzida por Paulo Caruso e que era intitulada *Avenida Brasil*. Ela é constituída por uma cena em que policiais armados e pessoas com pedaços de pau e foices e empunhando bandeiras vermelhas estão em confronto. Os mesmos ocupam um triângulo da imagem, que é dividido diagonalmente por uma faixa asfáltica com um fundo de cor vermelha. Esta parte da imagem é menor do que a outra figura geométrica, que simula uma praça com plantas aconchegantes e é delimitada por uma cerca divisória. Neste caso, o fundo é amarelo e verde e possui plantas que causam uma sombra agradável. Na praça, há um banco verde com o logotipo e o nome do banco Bamerindus. Sobre o banco, está sentado um homem, ao lado do qual existe um chapéu do tipo *cowboy*: uma caricatura do ex-senador e ministro, José Eduardo Andrade Vieira. Ele aparece dizendo *Não respingando no meu banco, tudo bem*. O *i* da palavra *Brasil*, no enunciado *Avenida Bra-*

*sil*, aparece em forma de sinaleiro com o sinal vermelho ligado. Além disso, no cabeçalho da página, aparecem os enunciados *Paulo Caruso apresenta e em gente que não faz*. Seqüencialmente, os enunciados constituem um enunciado maior que os abarca e permite que eles sejam lidos na seqüência *Paulo Caruso apresenta... Avenida Brasil, em... gente que não faz*. Aparentemente, o que se tem é apenas uma justaposição de elementos que não pareceriam co-partícipes de um projeto de sentido. Mas se percebe uma voz que, por detrás da aparente caoticidade, impõe um projeto totalizante ao que pode parecer disperso e fragmentário.

Ao retomar a situação sócio-histórica do Brasil de 1996, lembra-se que os sem-terra, caracterizados na charge pela bandeira que os identifica, eram manchete diária nos jornais e as suas ações, “ocupação de terras improdutivas”, eram rechaçadas por policiais a mando dos proprietários das terras que teriam sido “invadidas por um bando de desocupados”. A pista asfáltica representa a improdutividade das terras e a infrutífera busca dos reivindicantes. A faixa de pedestres caracteriza a barreira quase impossível de ser transposta pelos pleiteantes à terra. Eis um primeiro momento de integração totalizante do aparentemente desconexo.

A área ocupada pelo número maior de pessoas se caracteriza pela aridez, infertilidade e improdutividade, além do que é um espaço de conflito, sendo menor do que a outra, fértil e exuberante, ocupada por uma pessoa só, sentada sobre um banco que, de cor verde e com a logomarca do Bamerindus, remetem ao senador José Eduardo Andrade Vieira, seu presidente. Ele, em 1996, pelo fato de ocupar o cargo de ministro da agricultura, deveria tratar do caso dos sem-terra, mas não o fazia. O fato de o senador ser colocado sobre uma grande área de terra faz referência aos latifúndios pertencentes ao seu banco (saliente-se que o senador-ministro deve também ser lido no diapasão de representante dos latifundiários). Eles poderiam ser usados para assentamentos, já que eram dados como improdutivos e obtidos através da execução de hipotecas de empréstimos não pagos por agricultores. A tonalidade do que deveria ser o verde da praça e o escuro da

calçada que se põe à sua frente é posto em amarelo dourado, referindo-se ao interesse econômico do senador em manter as suas terras e a saúde financeira do seu banco, o que explica ele aparecer sentado e não se comprometer com o que ocorre a sua volta. E tem-se outro momento de resolução do caos construído pelo discurso.

No cabeçalho, *Avenida Brasil* remete às charges realizadas por Paulo Caruso para a revista *IstoÉ*, abordando sempre uma questão atual e polêmica da vida brasileira. As charges geralmente tratavam de questões ligadas à vida sócio-política. O sinal vermelho do semáforo, representando a proibição e o perigo, sinaliza a impossibilidade de a causa dos sem-terra ser tomada como relevante pelo responsável político por dar satisfação ao movimento, pois ele tinha interesse na questão e o movimento representava perigo para a ordem que o privilegiava, daí a o sistema policial ser posto em movimento, para preservar as propriedades de quem tinha a seu cargo uma resolução que o afetaria em suas posses, se fosse levada a efeito.

Julgo importante salientar dois aspectos acerca das bandeiras vermelhas empunhadas pelo movimento barrado pelos policiais. O primeiro se refere ao fato de que a cor delas ser o vermelho, o que ocorre por mais de uma razão. Elas são vermelhas, por serem a cor da bandeira que o MST empunha, fazendo-o existir como um movimento que identifica um grupo de pessoas, distinguindo-o dos demais, quanto por realizar a filiação desse movimento a uma linha ideológica pautada no movimento dos trabalhadores camponeses da revolução russa, de inspiração comunista e revolucionária, quanto, ainda, por fazer referência aos episódios sangrentos envolvendo o MST no Brasil, como o ocorrido em Eldorado do Carajás. O segundo se relaciona ao fato de, ao se observar a charge pelo averso, ver-se formar, por meio das bandeiras vermelhas, um mapa do Brasil ao contrário, o que aponta para a defesa de que o MST não teria lugar para ocorrer, dado o impedimento das autoridades com relação às suas reivindicações, sendo a sua uma atividade infrutífera, e para o compromisso dele com um outro projeto de mundo e de Brasil: em outros termos, uma proposta revolucionária.

Paulo Caruso apresenta remete às introduções de filmes que começam com *X apresenta fulano de tal no filme Z*, nesse caso, preenchível por *Paulo Caruso apresenta José Eduardo Andrade Vieira em gente que não faz*. O chargista remete o leitor à compreensão de que o que verá será um filme, um passeio sobre o que ocorria no Brasil: pessoas reivindicando terra, policiais fazendo frente a isso e quem deveria resolver a questão nada fazendo.

Cabe atentar, também, para a data de publicação da charge: 1º de maio. Esse dia é feriado, por ser considerado dia do trabalho. Exatamente no dia em que se deveria comemorar a possibilidade de os homens terem um espaço para suprir as suas necessidades, há um movimento de pessoas que, desejando trabalhar, são impedidas, porque a sua vontade bate de frente com interesses que se sobrepõem aos direitos de trabalho, espaço e sobrevivência. É irônico que alguém escolha o dia do trabalho para denunciar a situação de pessoas que não podem fazê-lo, porque isso “fere” o direito à propriedade de um senador e ministro.

Os indícios textuais rastreados até aqui devem ser relacionados mais à memória do que à intertextualidade, já que produzem sentido por meio da reconstrução sustentada no saber enciclopédico do leitor e não na repetição de textos produzidos em outro lugar e retomados.

A representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização (...). Além disso, esta memorização repousaria sobre um consenso. Ora, se olharmos mais de perto, a explicitação desses implícitos em geral não é necessária a priori, e não existe em parte alguma um texto de referência explícita que forneceria a chave. Essa ausência não faz falta, a paráfrase de explicitação aparece antes como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição. O que é pressuposto, esse consenso sobre o implícito é uma representação (ACHARD, 1999: 13).

Pode-se falar especificamente de intertextualidade na passagem *gente que não faz*, pois, nesse caso, Paulo Caruso usa um texto existente e que era veiculado aos domingos à noite, antes do Fantástico, pela rede Globo, e que culminava com a frase *X é gente que faz*. A inserção era patrocinada pelo

Bamerindus, propriedade do ministro. Após mostrar iniciativas de cunho social que deram resultado em algum lugar, ele mencionava o empreendedor e lhe atribuía o dizer *é gente que faz*. Quando Paulo Caruso cita a frase e a transforma pelo uso da negação, produz um intertexto, obtendo um efeito polêmico com relação ao texto antecedente. Se o Bamerindus e Vieira punham no ar, num horário dos mais caros da televisão, inserções mostrando iniciativas sociais relevantes, seria de esperar que fossem coerentes e prestassem serviços à comunidade, mas, com *Não respingando no meu banco, tudo bem!* e *Gente que não faz*, Caruso mostra que essa lógica é contradita e que a hipocrisia dá o tom do discurso que se dizia preocupado com o público, tirando daí um efeito irônico-satírico contra o ministro que, como Pilatos, lavava as mãos para os problemas que dependiam dele. O texto de Caruso é, assim, uma paródia mundana. Para Hutcheon (1985: 127), “todos os textos, mesmo os paródicos, são mundanos; até certo ponto são acontecimentos e, mesmo quando parecem negá-lo, fazem, não obstante, parte do mundo social, da vida humana e, evidentemente, dos momentos históricos nos quais são localizados e interpretados”.

Caruso ancora seu texto numa rede de memória e de relação intertextual para produzir o efeito de sentido que pretende e se marcar subjetivamente; não para dizer o ainda não sabido ou criar recursos novos, mas para, valendo-se do já-usado, deslocar, reorganizar, recombinar e dizer o ainda não-dito, pelo menos, não dessa forma e, com o dizê-lo, realizar um sentido que podia ainda não ter sido percebido pelos leitores. Desse aproveitamento, dessa recombinação e reorganização, dessa menção e uso de outro texto já produzido, Caruso se marca como autor de um texto que, não sendo original, faz origem, que, não sendo novo, produz novidade, o que lhe permite assinar o texto, sem que alguém o estranhe. No intervalo que constitui entre o seu texto e o anterior, o chargista encontra um ponto de controle de uma unidade de sentido que se expande pelo texto como um todo, transformando-o em discurso e lhe dando um princípio de regularidade para a dispersão aparente da materialidade discursiva.

Como diz Topia (1979: 183), “o texto nunca constrói um simulacro do real, mas desenha em baixo relevo um trabalho mais profundo, o da própria escrita. O produto imperfeito, em vez de ocultar a sua origem e de se situar como objeto autônomo e auto-suficiente na sua perfeição, faz a arqueologia da sua própria produção”, mas acrescenta-se que, mais do que desenhar a sua arqueologia ou seus processos de retomada, o novo texto redesenha e instaura, nessa distância, um deslocamento e uma alteração do efeito de sentido previsto. É como afirma Reyes (1984: 19): “La palabra, vuelta a nacer en cada emisión lingüística, está impregnada de significados, lleva al lastre de contextos anteriores, de una incontrolable intertextualidad”, onde voltar a nascer não deve ser compreendido como voltar tal como no nascimento anterior, um mero renascer, mas um nascer efetivo.

Julgo poder terminar a análise, juntamente com Hutcheon (1985: 145) que cita uma passagem de Portoghesi sobre a arquitetura, dizer que Paulo Caruso age como os arquitetos:

A atitude perante a forma, que se baseia num amor pela história e numa consciência dela, não implica reprodução exata. É eclética e é utilizada como uma técnica de colagem e justaposição, para dar novo sentido a formas conhecidas e parte, desse modo, em novas direções. A nossa fé está no poder da memória (História), combinada com riqueza e sentido. Se a arquitetura pretende obter êxito na sua tentativa de participar criativamente no presente, é necessário que vença o iconoclasmo dos últimos cinquenta anos do movimento moderno ou o formalismo limitado de tantos trabalhos recentes e que reclame uma base cultural e uma leitura o mais completa possível do passado.

## MEMÓRIA DE FUTURO

Antes de encerrar este texto, é necessário efetuar um alerta sobre a consideração final a seguir. Mais do que buscar um fecho de efeito para terminar a reflexão, desobrigando-me da apresentação de um fechamento da discussão, ela tem como objetivo a tentativa de formalizar uma estratégia que o sujeito pode usar para se marcar subjetivamente. Imagino que a tomada de consciência dessa estratégia pode ter alguma validade para quem tenha interesse em produzir textos que apresentem marcas de um processo autoral.

Para Chauí (1996: 178), a nossa Cultura Popular viveria uma espécie de consciência trágica, no sentido de que a mesma percebe a diferença “entre o que é e o que poderia ser”, mas, nem por isso, prisioneira que é das “malhas do instituído”, consegue estabelecer outra ordem e inteligibilidade. Penso que a existência desta consciência deva necessariamente ser aplicada com cuidado, dados os vários casos de resistência que a própria autora menciona. Julgo que não é possível negar que a cultura popular e o homem cotidiano estejam presos nas malhas do que está codificado, mas é necessário perceber que um conjunto de brechas é produzido a cada instante e que, se uma ordem não emerge toda armada, são os pequenos abalos que fazem com que a história se altere e novas realidades apareçam. O recurso à intertextualidade pode ser o renascimento do que pretendeu ser e não obteve sucesso e revela, no mínimo, vozes concordantes que ambicionam as mesmas realidades. Mas pode ser bem mais do que isso: o texto contradito, a cultura negada, a axiologia polemizada. O intertexto que, ao renascer, o faz pela negação, traz em si um desejo, que é negado, e um outro desejo, que é afirmado, situando a construção da cultura num eixo polemológico: verso e anverso, desejo e repulsa, cultura e contracultura convivendo simultaneamente, numa relação de ambigüidade e equivocidade que põe em confronto distintas propostas de mundo.

Certeau (1995: 39), caracterizando o que, para ele, faz a especificidade da atividade histórica, a qual, por vezes, é pensada como apêndice das demais ciências, das quais seria apenas o órgão crítico da medida de alcance dos modelos propostos, diz que ela se caracteriza por centrar-se na “mutação do ‘sentido’ ou do ‘real’, na produção de *desvios significativos*, (na) posição particular como *limite do pensável* e (na) composição de um lugar que instaura no presente a *figuração ambivalente do passado e do futuro*” (grifos do autor), sendo este traço que permitiria que os grupos pensassem um futuro, já que eles só conseguem pensá-lo por uma “redistribuição de seu passado” e não por oposição a um presente que lhes escapa.

Se, como diz Certeau, a história, voltando o seu olhar para o passado, abre janelas para um mundo ainda não vivido, para um espaço utópico, isso se torna ainda mais possível, quando esse olhar se volta para a formalização de um passado que, por sua vez, materializa um outro passado, com ele se confrontando, como acontece com a intertextualidade. Se qualquer olhar voltado para o passado faz possível pensar o futuro pelo confronto que realiza com relação ao presente, mais movimentador é o passado que, articulado, polemicamente, sobre outro passado, já traz em si a lembrança de confrontos, vontades, sonhos e desejos. Ou seja: a história que se volta para o intertexto vê, do presente, um passado que foi presente e que se debruçava sobre um passado que lhe era anterior, permitindo, a partir do momento atual, uma maior nitidez em relação a desejos de futuro e possibilitando espaços, quiçá, para a criação utópica de propostas postas como possibilidade.

Olhar para a intertextualidade, para a sua articulação em torno de um eixo de memória e para a atividade realizada pelo sujeito que a utiliza é ver a história como proposta para mundos possíveis; é, sem nenhum paradoxo, afirmar que, no passado, reside uma memória de futuro. Os homens, dialogicamente, não só respondem aos problemas a partir do presente, mas também, a partir de forças incontidas e imemoriais que os impelem a tomar partido, dizem sua palavra e a, não a partir de um viés idealista, elaboram respostas para os problemas que a sua vida lhes propõe. Como afirma Certeau (1995: 30), “A literatura (às vezes) põe em cena ‘um movimento de reorganização, uma circulação mortuária que produz destruindo’”: é o que penso que ocorre com a intertextualidade: ela permite uma articulação sonhadora. Eis o sujeito “sonhar”, forçado por uma realidade concreta, a projetar futuros e a eleger posições que assume, jogando com a intertextualidade a e projetando futuros e realidades utópicas.

As palavras de Von Zuben (1974: VII) vêm novamente a calhar: “A nostalgia que envolve uma conversão propõe um projeto de existência a ser realizado e não uma simples volta a um passado distante numa postura de mero saudosismo romântico”.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre (et al). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. 5.ed. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, [s.d.].

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. Trad. Theo Santiago. *História: novos problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 17-48, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DÄLLENBACH, Lucien. A estratégia da forma. In: INTERTEXTUALIDADES. (Trad. Clara Crabbé Rocha). Coimbra: Almedina, 1979.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja Passagens, 1992.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – Atividade Constitutiva. In: *Almanaque: cadernos de literatura e ensaios*. n. 5, p. 9-28, São Paulo: Brasiliense, 1977.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas: UNICAMP, 1992.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1985.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: INTERTEXTUALIDADES. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leila. A intertextualidade crítica. In: INTERTEXTUALIDADES. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979.

POSSENTI, Sirio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. *Alfa*, v.39, p.45-55, 1995.

\_\_\_\_\_. Sobre as noções de efeito de sentido. In: *Cadernos da FFC*. nº. 2. v.6. p. 1 a 11, Marília: Editora da UNESP, 1997.

SANT’ANNA, A. R. *Paródia paráfrase & cia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1985.

SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: um ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Trad. Luiz Fernando P. N. de Franco. Campinas: UNICAMP, 1990.

TOPIA, André. Contrapontos joycianos. In: INTERTEXTUALIDADES. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979.

VIGNER, Gerard. Intertextualidade, norma e legibilidade. Trad. Paulo Otoni. In: *O texto: Leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1988, p. 31-37.

ZUMTHOR, Paul. A encruzilhada dos “réthoriqueurs”: intertextualidade e retórica. In: INTERTEXTUALIDADES. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Cascavel

REVISTALÍNGUAS & LETRAS

Versão eletrônica disponível na internet:  
[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)